



Mas que discurso é este: a burocratização da subjetividade?

Ana Carolina Salvatore Jaen Saad
Roberto Heloani

Resumo: Após mais de um século de sua fundação como ciência da subjetividade humana, é possível dizer que a Psicanálise, por meio da práxis analítica, tem adentrado em diversas instituições que não somente o chamado “*setting* ideal”. Como exemplo de tal afirmação, podemos citar os trabalhos que têm sido desenvolvidos nas instituições médicas e escolares. Entretanto, o que podemos concluir a respeito da contribuição da Psicanálise em termos dos Recursos Humanos da instituição produtiva capitalista? É possível um analista em tal instituição? Com que demanda o profissional de saúde mental – de forma geral – é convocado a “colaborar” em tal espaço discursivo e como responde a tal pedido? A partir destas primeiras inquietações pretendemos discorrer brevemente sobre a realidade das instituições produtivas capitalistas, sobre o lugar a que é convocado o profissional de saúde que trabalha em *Recursos Humanos*, bem como, a posição que sustenta, além da possibilidade da Psicanálise contribuir para a valorização da subjetividade dos sujeitos trabalhadores que, “naturalmente”, são chamados *Recursos*.

Palavras-chave: Discurso, psicanálise, recursos humanos, subjetividade.

But what speech is this: the bureaucratization of the subjectivity?

Abstract: After more than a century of its foundation as a human subjectivity science, it is possible to say that the Psychoanalysis, by means of the praxis analytical, it has got into the several institutions that not only the called “*ideal setting*”. As example of such affirmation, we can mention all the assignments that have been developed in the pertaining to school and medical institutions. However, what we can conclude regarding the contribution of the Psychoanalysis in terms of the Human *Resources* of the capitalist productive institution? Is possible an analyst in such institution? With what demand the health professional – of general form – is convoked to “collaborate” in such discursive space and how to answer to such order? From these first fidgets forward, we intend to briefly discourse on the reality of the capitalist productive institutions, about the place the one that is convoked the mental health professional that it works in Human Resources, as well as, the position that supports, beyond the possibility of the Psychoanalysis contributing for the subjectivity valuation of the working fellows that, “naturally”, are called *Resources*.

Keywords: Speech, psychoanalysis, human resources, subjectivity.

Precipitador do laço social: o discurso das instituições

É deveras sabido, a partir da leitura de Freud, que uma das condições de saúde mental do homem é poder fazer de seu trabalho fonte de manutenção de seu desejo. Segundo suas acepções, é possível “intensificar suficientemente a produção de prazer a partir das fontes do trabalho psíquico e intelectual” (Freud, 1929-1930/2002). Tal afirmação nos permite considerar a possibilidade do trabalho ser um dos componentes que engendram o laço social humano, fato que faz dele um dos pontos imprescindíveis a ser atentado em nossas construções psicanalíticas.

Tomamos por laço social aquilo que em Freud (1929-1930/2002) pode ser entendido como pacto civilizatório, qual seja, a condição de vida em comum dos homens que

necessariamente depende de que cada um de nós abra mão de uma parcela de gozo, em prol do convívio com o outro, à medida que isso nos garanta certa parcela de segurança.

O laço social também pode ser compreendido como precipitador e precipitado da humanização do homem. É pela via da identificação com o Outro – aqui tomado por código cultural –, que o homem se aliena a esse (Outro) para constituir-se sujeito e, num outro movimento, separar-se dele e tornar-se distinto, singular no laço. Neste sentido, o laço social é civilizatório (Fingermann & Dias, 2005).

O trabalho como fonte sublimatória – portanto aceito no laço – permite que satisfaçamos nossos anseios em parte, o que não nos livra de nossa incompletude constitutiva, já que a escolha pela civilização não nos reserva a possibilidade de satisfação plena, como vimos por meio do conceito de laço social.

Então, o que são as instituições senão um conjunto de normas e regras com o fito de normatizar o *modus vivendi* do ser humano para que esse pacto civilizatório possa existir (Bleger, 1991; Kaës, 1991)?

Deste modo, é possível compreender a partir das proposições apresentadas por Lacan (1969-1970/1992) em seu Seminário XVII que, na medida em que o quinhão de felicidade é trocado pelo quinhão de segurança e que, para tal, ficam instituídas as leis regentes, eis que surge, como representante da instituição, o *discurso do mestre*.

O discurso do mestre e sua função civilizatória: base das instituições

O discurso do mestre é, por excelência, a representação de uma das possibilidades do civilizar (Quinet, 2004). Retomando as breves linhas anteriores sobre o conceito de laço social, do Outro como código e do pacto civilizatório, é neste movimento de humanização do homem – via linguagem – que o discurso do mestre atua.

Para que fique mais claro: podemos considerar que a constituição do sujeito humano se dá, em seu primeiro momento, pela via da identificação com o Outro.

A criança vem ao mundo e encontra uma série de disposições culturais instituídas (Outro) que a situarão como humano. Daí, se alienará a essas disposições que lhe inculcaram “quem é, de onde vem, para onde irá” até que, com o advento da separação do Outro pela via do registro simbólico, será capaz de infinitizar suas identificações construindo suas próprias respostas para tais questões existenciais – apesar de mantidas as referências do Outro (Bleichmar, 1984).

Isso significa que esse sujeito humano, adquirindo a possibilidade de metaforizar sua condição humana por meio da linguagem, toma o Outro como fonte de representação de si mesmo, pela via dos significantes fornecidos por ele, sem que com isso seja sua continuidade, seja extensão desse Outro. Torna possível diferenciar-se.

As normas, as leis, os códigos como componentes do Outro servem como âncora do sujeito dando-lhe à direção para o infinito de sua possibilidade de representação do ser.

O discurso do mestre representa a separação entre o sujeito e o Outro. Se é preciso idem-ficar (identificar-se) com o Outro, por meio de seus significantes, isso significa não ser o mesmo que o Outro, ser diferente dele, estar separado dele e, portanto, buscar infinitamente via palavra, uma representação que faça função de identidade e possa representar o *ser* humano que se é (Fingermann & Dias, 2005).

Assim, podemos fazer uma leitura do discurso do mestre como aquele que institui – portanto discurso da instituição – visto promover o imperativo da articulação do sujeito ao Outro.

Verificando o matema de Lacan para indicar o discurso do mestre constatamos:

$$\begin{array}{ccc}
 \text{Agente} & & \text{outro} \\
 \text{do discurso} & & \text{do discurso} \\
 \text{Verdade} & \frac{\mathbf{S1}}{\mathbf{\$}} \Rightarrow & \frac{\mathbf{S2}}{\mathbf{a}} \text{ Produto ou Resto}
 \end{array}$$

Legenda

S1 = significante mestre

S2 = saber

\$ = sujeito dividido

a = objeto a – causa de desejo

Na parte superior do matema, podemos reconhecer a determinação inconsciente do sujeito: temos o advento simbólico da internalização do Outro; fato que desaliena o sujeito, mas que ainda o mantém referenciado ao Outro pela via dos significantes, como comentamos anteriormente.

Se ampliarmos o quadro acima, podemos prever a sentença de significação do sujeito: S1 – S2 – S3 – S4 – Sn, tal qual a estrutura do inconsciente, que nos indica a cadeia articulada de significantes.

Cada significante desses (S2, S3, S4, Sn) é uma tentativa do sujeito em fazer-se representar a partir da lei do Outro (S1). Essa cadeia simbólica é infinita exatamente porque a lei civilizatória prevê a incompletude do sujeito.

Tal condição impede que um significante seja suficiente para representar o sujeito, promovendo o deslizamento deles em busca da definição do ser – que sabemos impossível, pela lógica da própria estruturação inconsciente. O discurso do mestre recai na *impossibilidade do sujeito total*.

Podemos observar no matema o S1 no lugar de agente da função, fato que nos indica a lei do Outro direcionando o laço social; em seguida, observamos o S2 no lugar do outro do discurso, que nos diz da tentativa do sujeito fazer-se representar com referência ao S1. O saber do sujeito diz de sua determinação inconsciente.

Já na parte inferior, temos no lugar da verdade do discurso, o sujeito. Isso nos indica que a sustentação do discurso está na própria condição de sujeição do ser à lei inconsciente, qual seja, o sujeito dividido entre seus “nomes possíveis” e seus “inomináveis” (Fingermann & Dias, 2005).

E o que são esses “inomináveis” do sujeito? Ao observarmos o matema, no lugar de produto do discurso encontraremos o “objeto a”. Também entendido como causa de desejo, o objeto a é o resto da operação inconsciente que sujeita o ser e o articula ao Outro. O “a”, como resto, é o inominável: aquilo do sujeito que a palavra não alcança nem é capaz de representar completamente, a dimensão real do ser. Sobre o “a”, Fingermann e Dias (2005, p.46) dizem:

É esta parte “mal-dita” do sujeito que, por incrível que pareça, constitui o âmago do ser; Kern unseren Wesen, dizia Freud, parte maldita que Lacan denominou

“objeto a”, âmagô do ser, certo, mas como substância vazia; apenas uma letra a indicar que o desejo é causado por uma falha no sentido.

O “inominável” que fica de fora da representação é o quinhão de felicidade que se perde no pacto civilizatório fundador das instituições. Ainda segundo os autores:

A identificação é de humanização que ao se efetivar deixa de lado uma parte maldita que, embora excluída, constitui o cerne, o âmagô do ser humano. Esse âmagô, ponto de exílio do ser, é o que ele tem de mais humano, embora quase sempre esteja revestido pelas aparências mais inumanas possíveis. A identificação é o processo inicial da humanização, que é também um primeiro tempo de civilização, desde que inaugura o laço social. Mas, como explica Freud, a civilização, ao excluir a parte maldita, a inclui como seu mal-estar necessário (p.22)

O mal-estar necessário a que nos referimos é a impossibilidade da representação do ser que, assim, promove o inominável causando o desejo do sujeito.

Desejo de quê? De ser completo, pleno, de retomar a parcela de felicidade perdida e, por consequência desse desejo o sujeito mantém a incessante tentativa de significação, como vimos anteriormente.

Retomando as palavras de Freud (1927/2002) quando diz que “todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização” por querer de volta sua parcela de felicidade, podemos considerar que o discurso do mestre como responsável por fazer valer a lei é importantíssimo para que a civilização seja mantida, não sendo possível a existência de um sem o outro.

Concluindo: até este momento, pudemos compreender via discurso do mestre, como se dá a articulação do sujeito ao Outro, recorrendo aos aspectos da constituição psíquica do sujeito.

Para que possamos prosseguir em nossa empreitada sobre as questões que dizem respeito à instituição, seu enlace com os *recursos* humanos e o profissional de saúde mental, é mister considerar que tal articulação se atualiza no dia a dia das relações com os outros semelhantes, já que o código civilizatório rege o laço social do qual fazemos parte.

Discurso universitário e discurso do capital¹: suportes do discurso do mestre

Segundo Lacan (1969-1970/1992), existem ainda outros três discursos além do mestre, os quais podemos considerar como formas de laço social: o discurso universitário, o discurso da histérica e o discurso do analista.

Além dos que fazem laço social, observamos a existência de um discurso que poderíamos considerar anômalo se comparado aos demais, já que não tem função de fazer laço social, mas sim de minar o pacto civilizatório: o discurso do capitalista.

¹ Ao falarmos sobre o capitalismo, não pretendemos esgotar tal tema, tampouco defender a ideia de que o aspecto que consideramos neste texto é único. Almejamos, com este trabalho, articular categorias da psicanálise, cujo objeto é o inconsciente, para pensar o trabalho do psicólogo na instituição produtiva capitalista do ponto de vista do conceito de sujeito e da promoção de saúde mental.

Neste momento do texto, nos deteremos aos discursos universitário e capitalista a fim de articulá-los ao discurso do mestre e assim caracterizar o que entendemos ser a configuração das instituições produtivas atuais.

Assim sendo, o discurso universitário foi representado por Lacan (1969-1970/1992) da seguinte forma:

$$\begin{array}{ccc}
 & \text{Agente} & \text{outro} \\
 & \text{do discurso} & \text{do discurso} \\
 & \underline{S2} & \Rightarrow \underline{a} \\
 \text{Verdade } & \underline{S1} & \text{\$} \text{ Produto ou Resto}
 \end{array}$$

Legenda

S1 = significante mestre

S2 = saber

\\$ = sujeito dividido

a = objeto a – causa de desejo

Observamos que, em relação ao discurso do mestre, encontramos $\frac{1}{4}$ de giro dos elementos, no sentido anti-horário.

Em decorrência do giro, encontramos o saber no lugar do agente do discurso em posição de dominação do objeto a, que está no lugar do outro. No lugar da verdade, sustentando o saber, encontramos o significante mestre – lê-se lei – e como produto ou resto da operação, observamos a presença do sujeito.

Deste modo, podemos compreender que o discurso universitário domina o “inominável” do sujeito fazendo valer *um* saber para todos. Tal façanha acontece porque há uma lei legitimando esse saber. Esta operação produz o sujeito dividido: se algo de seu “inominável” foi nomeado por um saber legitimado, isso só foi possível de forma incompleta, já que os significantes podem representar apenas uma parte do ser. O sujeito continua dividido entre o que foi possível nomear e seus “inomináveis”.

Assim, ao lermos \\$ como resto da operação do discurso universitário, é possível compreender que o saber feito para todos é uma tentativa de apagamento da divisão do sujeito que, por ser impossível, sucumbe.

Um exemplo da atuação do discurso universitário pode ser verificado em nossa prática científica: sempre que desenvolvo um texto acadêmico, o faço a partir de um saber legitimado pela ciência (Outro), estudando e citando autores que fundamentam o tema.

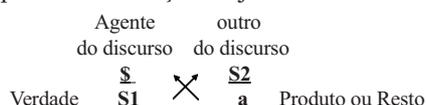
Entretanto, este saber legítimo falha à medida que não é o suficiente para esgotar as proposições sobre um objeto de pesquisa. Contudo, isso não invalida este saber que tem, indiscutivelmente, função de fundamentar aqueles que serão construídos.

O discurso universitário serve, junto do discurso do mestre, para civilizar: tornar homogêneo aquilo que é desigual, caótico. Serve, também, para ordenar. Se o discurso do mestre nos oferece a direção, o discurso universitário nos oferece as condições da direção.

Exemplificando, se o Outro nos direciona a conquistar as melhores condições de saúde e de vida (discurso do mestre), é pela via do saber legitimado pelo Outro (discurso universitário) que avançaremos neste rumo.

Mesmo assim, é preciso considerar a impossibilidade do discurso universitário: o esgotamento do não saber. Do contrário, sucumbiremos todos à burocratização de nossas subjetividades (Alberti, 2004; Quinet, 2004).

Já o discurso do capital, diferente do discurso do mestre e do discurso universitário, não se apoia no impossível da relação. Vejamos seu matema:



Legenda

S1 = significante mestre

S2 = saber

\$ = sujeito dividido

a = objeto a – causa de desejo

Podemos averiguar, no matema do discurso do capital, uma distorção do discurso do mestre propiciada pela inversão dos elementos \$ e S1 nos lugares da função.

Se pudermos recordar, no matema do discurso do mestre o S1 ocupa o lugar do agente do discurso enquanto o \$ ocupa o lugar da verdade.

No discurso do capital, como podemos observar, S1 está no lugar de verdade sustentando o \$ no lugar de agente do discurso. Mas qual o significado dessa inversão dos elementos da função? E por que observamos setas cruzadas indicando um movimento diverso do giro?

Retomando ainda o discurso do mestre, o fato de S1 estar localizado como agente do discurso permite-nos compreender a função inconsciente de representação do sujeito como uma ação não toda, já que restará da operação uma parte inominável, não dita, que chamamos de “objeto a”.

Sustentando esse discurso, temos o próprio sujeito, depoente da lei do inconsciente, fato que não garante que a operação se dê por completo. Como vimos anteriormente, o discurso do mestre nos fala de um impossível: o sujeito total.

Com a inversão dos elementos na função, tal qual observamos no discurso do capitalista, o que testemunhamos é a lei no lugar da verdade do sujeito, uma verdade sem falha, totalitária, que permite ao sujeito nomear virtualmente seus inomináveis.

Fingermann e Dias (2005) comentam que as flechas do matema demonstram a relação possível entre todos os termos. O discurso do capitalista prega o “tudo é possível”: o sujeito passa a ter acesso ao objeto de seu desejo, esse objeto está ao seu alcance e tem preço. Torna-se possível recuperar o quinhão de felicidade perdido em nome da civilização. Os autores destacam que:

Essa fórmula do discurso capitalista manifesta como a economia do sistema condensa-se, conjuga-se com a economia do gozo, produzindo a perversão do sujeito e o colapso da humanidade: o pior. No discurso do mestre, o “mais-de-gozar” (objeto a) indica uma perda que – como a “mais-valia” do sistema capitalista, que produz o capital – fabrica também o valor do sistema. O objeto “a” como produto perdido sustenta e condiciona o discurso do mestre como discurso da civilização, como laço social fundado na não-relação e na perda necessária do gozo. No discurso do capitalista, o objeto vem obturar o sujeito dividido e rompe o laço social fundado na circulação daquilo que não tem preço (explicação nossa, p.78-79).

O que Lacan nos propõe com essa formulação de discurso do capitalismo é que há

um sujeito capitalista como causa e fruto do modo de produção ou instituição capitalista. Somos constituídos num sistema no qual tudo pode ser vendido, comprado. Neste sentido, não é tolerado nenhum tipo de frustração. Qualquer coisa pode servir para atender a demanda de cada sujeito:

A precariedade desta satisfação não desalenta o sistema de produção das coisas; pelo contrário, o sistema de reprodução em série ilimitada de coisas mais e mais evanescentes, descartáveis, virtuais confirma, retroalimenta, garante o sistema todo e sua reprodução se perpetua. (...) O “Proletários de todos os países...” emudeceu-se frente ao “Todos capitalistas!”, todos unidos para a negação fraudulenta da “mais-valia” como perda, todos unidos para o “gozar sempre e sempre mais”, até que a morte advenha, sem desvios nem desvios (Fingermann & Dias, 2005, p.79).

É necessário compreender que o discurso do mestre tem como suporte o discurso universitário pautado no discurso capitalista que, uma vez articulados, direcionam a forma contemporânea de civilizar.

Isso significa, pontualmente, que as instituições produtivas capitalistas das quais falamos neste trabalho seguem a lógica desses discursos no que concerne a sua configuração.

Interessante observar que a função do mercado de trabalho é produzir bens materiais que possibilitem à humanidade a sensação de satisfação plena, a partir da exploração do homem pelo homem (Ribeiro, 2004). “Homo homini lupus” (Freud, 1929-1930/2002, cd-rom).

Muito mais que citar a questão da exploração da mais-valia do trabalho do homem, tão bem pontuada por Marx (1867/1985), trata-se de compreendermos que o desejo humano é mantido pela condição de incompletude do homem, peculiaridade essa que o capital tenta abolir tanto pelo consumo excessivo que apregoa quanto pela espoliação de sua existência a partir da tentativa de carregar o sujeito para o espaço da alienação; transformá-lo em objeto, impedindo as relações entre os pares, reificando e massificando a humanidade.

Isso porque, segundo Freud (1927/2002, cd-rom), “um homem pode, ele próprio, vir a funcionar como riqueza em relação a outro homem, na medida em que a outra pessoa faz uso de sua capacidade de trabalho”.

Além da utilização da capacidade de trabalho alheia, a reificação da qual falamos se dá em virtude do movimento de identificação do sujeito ao Outro do capital como comentamos anteriormente. De que modo? Os objetos – produzidos pelo mercado sustentado pelo trabalho humano explorado – são oferecidos como garantia de completude.

O homem, por exemplo, passa a ser o carro que possui, a mulher o sapato, o adolescente o celular e assim por diante, até que o mercado lance outro produto pelo o qual valha mais a pena ser reconhecido. Eis a identificação do homem ao objeto comprável. Com base no discurso do capital, o homem é o que tem, deixa de ser impossível nomear-se por completo, mais precisamente, o mercado passa a comandar a melhor

forma de resposta sobre as questões existenciais humanas.

Vejamos: “Ele tinha *tudo* menos limite”² – esta é a apresentação daquele que podemos considerar o mais novo anti-herói do cinema brasileiro: João Estrela.

Viciado em cocaína, João transformou-se num dos grandes traficantes de drogas dos anos 80/90, mas sua meta não era a acumulação, sua meta era “torrar um milhão”, sua meta era gozar.

Entre o “tudo” e o “nada” de vida havia um cálculo perigoso; João queria mais e mais do mesmo, “queimava” seu dinheiro, consumia desmedidamente, cheirava e bebia até cair, andava como um morto-vivo extasiado pela relação indiscriminada eu-objeto.

Quem era João? Onde estava “A Lei”, aquela que interdita o tipo de relação que João empreendia com seus objetos: uma lei que impede a completude, que indica os objetos sempre como instrumentos *parciais* de gozo apontando o limite tênue entre a vida e a morte? É preciso abrir mão de uma parcela de gozo em prol de uma parcela de segurança, nos dizia Freud (1929-1930/2002). Esse é o laço social que nos garante a vida.

No banco dos réus, diante das manchetes de jornal que o qualificavam de peça chave do tráfico e o denominava Johnny, João Estrela responde veementemente: “Meu nome não é Johnny, meu nome é João, eu não sou bandido.”

Colado ao seu objeto de gozo – a cocaína – João tinha se transformado em Johnny, nomeado em sua totalidade pela via de seu consumo. Não havia inomináveis, não havia mais possibilidade de vida, seu destino era morte, ele vivia no limite, mas, por sorte, foi barrado pela justiça, antes do pior.

Ao ser capaz de dizer eu não sou isso, “Meu nome não é Johnny”, João é remetido novamente para sua posição de sujeito, o oposto do consumidor gozoso; resgata sua história pessoal, seus dilemas, suas dores, suas dúvidas e conclui: “eu nunca soube o quê que é dentro o quê que é fora da lei... a minha vida... as coisas foram acontecendo.” João deixa de ser Johnny para ser aquele que, subjetivado, mostra-se como mais um das tantas pessoas que vivem às voltas com seus conflitos e desejos. João deixa de ser o mito Johnny para ser um de nós: um ser humano que precisava de ajuda para dar “a volta por cima”.

Baseado em fatos reais, a obra cinematográfica nos revela o regresso à posição de sujeito de João Guilherme Estrela que, ao recuperar a dimensão simbólica da vida por meio do interdito de gozo concluído pela Justiça, pôde retomar seus projetos, encontrar novos caminhos e testemunhar, a milhões de brasileiros, o que é a identificação maciça ao objeto de consumo que o capital nos propõe em contrapartida do esforço para nos mantermos ou (re) conquistarmos nossa autonomia enquanto sujeitos do desejo.

Estas, portanto, são as bases da instituição produtiva capitalista, sustentáculo da coisificação humana por meio da exploração do trabalho e do consumo: máquina capitalista perfeita, até então vigente como modo de produção praticamente em todo mundo.

² Tentaremos explicitar com maior contundência nossas proposições tomando como exemplo uma das mais recentes produções cinematográficas do Brasil. Estamos falando do filme “Meu nome não é Johnny” dirigido por Mauro Lima com produção de Mariza Leão, baseado em fatos reais descritos pela obra do jornalista Guilherme Fiúza e ditado pelo próprio João Guilherme Estrela.

Instituição produtiva capitalista: o que queres de nós?

Partindo dos pressupostos desenvolvidos acima, o que podemos analisar sobre o lugar reservado ao profissional da saúde no espaço da gestão dos *recursos* humanos? Diante dessas considerações, o que avaliar sobre o convite de entrada do profissional da saúde nesta área específica da instituição produtiva capitalista?

De fato, o que faz com que os administradores das instituições abram as portas de suas “casas” para os profissionais de saúde, sejam eles psicólogos do trabalho, psicanalistas, entre outros?

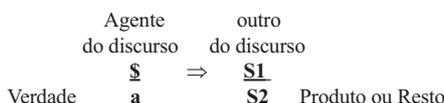
Não é de forma incólume que estes profissionais da instituição produtiva capitalista passam diante da articulação e cristalização dos três discursos anteriormente citados. Principalmente o discurso do capitalista – que não tem face – envolve todos aqueles que intimamente ou não vivenciam a ideologia capitalista (Quinet, 2006).

Portanto, o clima de alienação que escamoteia o desejo humano provoca uma série de manifestações que extrapolam a ordem civilizatória da boa convivência, da produtividade e do consequente lucro dos detentores dos meios de produção.

Num movimento histerizado, os sujeitos que compõem a instituição produtiva capitalista promovem a derrocada do mestre por meio do que nos é deveras conhecido como movimentação trabalhista: absenteísmo, doenças adquiridas no trabalho, atuações de cunho agressivo, greve, entre outros tantos exemplos sintomáticos da tentativa do restabelecimento do laço social a partir da afirmação do desejo.

Como dissemos anteriormente, as instituições produtivas capitalistas (as leis do laço social ou o mestre contemporâneo) são sustentadas pela ideologia apregoada pelo discurso do capitalismo.

Para explicar, como dissemos, a derrocada do mestre contemporâneo por via do discurso histórico, faz-se importante demonstrar o funcionamento desse discurso: vejamos como se dá:



Legenda

S1 = significante mestre

S2 = saber

\$ = sujeito dividido

a = objeto a – causa de desejo

No discurso histórico, o que acompanhamos no lugar do agente é o sujeito dividido (\$), em função do laço social que toma parte de seu gozo por uma parcela de segurança. O mestre (S1) aparece posicionado no lugar do outro do discurso, qual seja, aquele que nesta posição se permite questionar.

Sustentando o agente do discurso (\$), encontramos o objeto a – causa de desejo. Em outras palavras, o que ampara a divisão do sujeito – indispensável para a manutenção do laço social – é a partícula de impossível, a parcela de felicidade, como vimos ao falar sobre os discursos civilizatórios.

Assim, o que se produz, o que sobra dessa operação é um S2, qual seja, um saber. Mas que saber? Um saber que diz: uma vez civilizado se faz impossível a completude.

Então, o que é o discurso histórico senão aquele que fala do desejo e portanto da retomada do laço social? Do que diziam as históricas de Freud senão de sua incompletude causada pelo contra-senso da felicidade total? Se pensarmos que o capitalismo propõe a plenitude e que tal estado é impossível pelo fato de vivermos em sociedade, o discurso histórico aparece aqui para destacar a condição constitutiva do sujeito: ser desejante.

A derrocada do mestre, nesses termos, significa por abaixo as leis do capital, aquelas cujo objetivo, a rigor, é a morte humana.

Deste modo, em razão desta realidade, o profissional de saúde – entendido como conhecedor da subjetividade humana – é convocado ao trabalho interdisciplinar.

O pedido que decorre desta problemática é a possibilidade deste profissional promover a saúde dos trabalhadores, compreendida pela instituição produtiva capitalista como normalização dos comportamentos desviantes que buscam a destituição das diretrizes do capital.

Entende-se, com isso, que a demanda da instituição produtiva capitalista ao profissional em questão é que este ponha em ordem aquilo que está fora da ordem, imponha parâmetros para aquilo que extrapolou. Numa repetição da lógica institucional, a demanda é de manipulação da subjetividade e alienação do sujeito (Heloani, 2003).

Deste modo, a proposta feita ao profissional da saúde é que, sustentado em seu saber, burocratize a subjetividade do trabalhador.

Não raro, o que se observa da atuação do profissional da saúde na área dos *recursos* humanos é a imposição de seu suposto saber sobre o outro, o que representa o próprio movimento discursivo universitário. Isso se dá à medida que os procedimentos adotados por este profissional são pautados na necessidade de normatizar o comportamento dos sujeitos, igualando os desiguais e assumindo a suposta posição de saber sobre o outro.

À guisa de exemplo, podemos citar a utilização dos testes psicológicos, bem como, as dinâmicas de grupo – empregadas em atividades de treinamento, recrutamento e seleção de pessoas –, que são utilizadas a partir do que se considera o *standard* de profissional ideal.

Ao observarmos mais de perto o padrão de normalidade sustentado por instrumentos desta natureza positivista – portanto não-processual – poderemos concluir que se trata da legitimação do discurso capitalista como elemento de verdade que sustenta o discurso burocrático – lê-se universitário.

Isso significa que os artefatos do discurso capitalista – a promessa da completude humana, a exploração do homem pelo homem, a extração da mais-valia – amparam um saber psicológico que se pretende imposto para todos. A burocratização da subjetividade dos sujeitos está a serviço do capital.

Deste modo, cristalizando a posição discursiva universitária, o profissional de saúde se aliena à instituição produtiva capitalista repetindo o mesmo movimento de transformação do trabalhador em *recurso*, inclusive dele mesmo.

O que pode um psicanalista diante desta situação? É possível pensar que o discurso analítico pode intervir neste fato instituído e não legitimar a cristalização dos discursos do mestre, universitário, do capitalista, tão pouco o histórico?

O que pode um analista nos *recursos humanos*?

Retomando o Seminário 17 de Lacan (1969-1970/1992), é verossímil afirmar que o avesso do discurso do mestre – do qual decorrem os discursos universitário e do capitalista – é o discurso do analista.

Segundo Quinet (2006), aquilo que resta do discurso do mestre – a saber, o desejo do sujeito – é a matéria prima do discurso do analista. Vejamos seu matema:

$$\begin{array}{ccc} & \text{Agente} & \text{outro} \\ & \text{do discurso} & \text{do discurso} \\ & \underline{a} & \Rightarrow \underline{\$} \\ \text{Verdade} & \text{S2} & \text{S1} \quad \text{Produto ou Resto} \end{array}$$

Legenda

S1 = significante mestre

S2 = saber

\$ = sujeito dividido

a = objeto a – causa de desejo

Como podemos observar, o objeto a (causa de desejo), aquilo que resta do discurso do mestre, é o agente do discurso do analista. O objeto a, portanto, é o que representa a condição de incompletude do sujeito e sustentando essa posição, o analista permite que o sujeito (\$), em sua condição incompleta, surja como o outro desejante, tal qual averiguamos na função acima.

O saber (S2) sustenta o objeto a – causa de desejo – no lugar de agente. Este saber é aquele que, ancorado no laço social, diz da troca do quinhão de felicidade pelo quinhão de segurança, diz da determinação inconsciente do sujeito, da impossibilidade de dizer-se por completo.

O discurso do analista produz a desalienação do sujeito ao mestre contemporâneo (S1); impele o sujeito a questionar suas identificações, possibilitando novas significações, novos nomes, favorecendo o movimento de busca, reafirmando a condição de desejante do sujeito, ao contrário do discurso capitalista, cuja função é curto-circuitar o sujeito ao objeto (nome) que lhe traga mais lucro.

Portanto, se a cristalização dos discursos favorece a alienação ao mestre contemporâneo e provoca a histerização dos sujeitos no ambiente de trabalho, é acolhendo estes sujeitos e valorizando seus saberes singulares que o analista promove a circulação dos discursos dentro da instituição produtiva capitalista.

Entretanto, de que maneira é possível tal manejo? Devemos recordar que a demanda da instituição produtiva capitalista é de estancamento da subjetividade humana e isto vale para todo e qualquer trabalhador que adentre a sua lógica, inclusive o psicanalista.

Não é sem motivos que o termo utilizado para designar o âmbito do trabalho seja *mercado*. Refletindo sobre o significante *mercado de trabalho* podemos supor que o trabalhador é, portanto, a *mercadoria*, a força de trabalho que está à disposição dos detentores dos meios de produção. Nas palavras de Marx (1844/2002, p.111):

O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho

não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção que produz bens.

A partir destas proposições, podemos inferir que os sujeitos que vendem sua força de trabalho ao capital, seja qual for sua profissão, são tomados como objetos do gozo perverso da instituição produtiva capitalista.

É possível exemplificar tal afirmação aludindo a nossa experiência prática no âmbito dos *recursos* humanos, especificamente na seleção de pessoas. Ao ser convidado a trabalhar na instituição produtiva capitalista, o profissional de saúde é convocado, como já observamos, a legitimar o discurso da instituição a partir da burocratização da subjetividade alheia.

Neste sentido, é exigido deste profissional que apresente produtividade, contribua para o lucro da empresa e tal façanha está diretamente ligada a sua capacidade de “colocar na linha” aquilo que está desalinhado.

Na seleção de pessoas, isto significa encontrar profissionais perfeitos, que sejam portadores das características comportamentais idealizadas pela ética capitalista – dinamismo, desembaraço, flexibilidade, pró-atividade, disciplina, iniciativa, competitividade –, que produzam de forma cordata e que não se incomodem com a precariedade das condições do trabalho.

De fato, é demasiadamente interessante observar que os candidatos participantes das seleções de pessoas se apresentam de modo estereotipado: respondem às questões propostas pelo profissional de saúde exatamente da forma como é esperado. Como exemplo, basta consultarmos qualquer *site* de recolocação de pessoas para encontrarmos diversas receitas de como devemos nos comportar num processo seletivo se quisermos ser *aprovados*.

Assim, os trabalhadores – a procura de um emprego – assumem a posição de objeto do desejo institucional e, quer queira o profissional de saúde ou não, este assume o discurso da instituição: como disse Lacan (1969-1970/1992), o escravo sabe do desejo do mestre mesmo que este não o saiba.

Como bem podemos observar, estamos diante de um grande conflito: como manejar esta situação em que ambos, candidato e profissional de saúde, estão alienados ao discurso da instituição produtiva capitalista?

O pedido de “cuidados à saúde” como hiância do discurso da instituição capitalista produtiva: possibilidade de subversão?

A rigor, o que se discute nesta empreitada é de que forma a psicanálise pode sustentar a prática do profissional de saúde de modo a preservar a subjetividade do trabalhador?

Segundo Quinet (2006), uma das funções analíticas nesta direção é facultar o giro dos discursos. Em nosso entendimento, concordantes com o autor, propiciar a circulação discursiva significa fomentar a criação, qual seja, a desinstituição para a consequente instituição, a abertura da rede de sentidos em prol da busca do que é *ser* humano: a possibilidade de contínua renovação.

Atrelada à possibilidade de criação está, necessariamente, a consideração do desejo do sujeito, de sua subjetividade, de sua incompletude.

Se o produto do discurso do analista é a possibilidade da construção do saber subjetivo de seu analisando (Zanguellini, 2004), nos permitindo transportar essa máxima para a realidade do trabalho, é verossímil afirmar que o movimento do analista neste âmbito será oferecer um espaço de escuta dos sujeitos.

Isso significa retomar o desejo do sujeito, causado pelo laço social, como fonte de suas escolhas, de seu posicionamento no mundo, considerando, certamente, que a escolha de cada sujeito não aparece desvinculada de seu campo de possibilidades.

Diante da histerização do sujeito frente a falácia da completude, ao analista compete apontar rumo ao desejo do sujeito: “o que faz com o quê escolhes?”, “qual sua responsabilidade nisso com o quê convives?”, “que desejo te enlaçou à instituição a qual se filiou?”, a fim de que o sujeito faça questão sobre seu posicionamento, ao contrário do que apregoa o discurso do capital sobre a existência de uma única possibilidade de ser humano, a saber, produzir incessantemente para consumir de forma ilimitada.

Quando o profissional de saúde é convidado a adentrar à instituição produtiva capitalista, o cenário que invariavelmente se circunscreve diz daquilo que já destacamos: o caos da histerização dos sujeitos, as subjetividades aparecendo de inúmeras formas, derogando a lei do capital.

Assim, apoiados na suposição de que o profissional da saúde possui o saber sobre o material subjetivo e, portanto, poderá pôr em ordem o que ficou desordenado, qual seja, em nome da “saúde do trabalhador”, a instituição capitalista escancara suas portas a este profissional.

Na realidade, trata-se de um pedido enquanto lapso. De que modo? Observemos que a solicitação dirigida ao profissional possível sabedor da subjetividade humana é de quê ele “dê um jeito” na subjetividade que insiste em aparecer, tal qual os outros profissionais vinham fazendo, sem sucesso.

Tal convocação nos diz de um impossível de sustentar; entretanto, os esforços da instituição são para estancar o quê transbordou. As portas das instituições só se abrem porque os outros discursos – dos outros atores institucionais – já falharam.

Daí, não importa o profissional que assumirá a empreitada; não convém acharmos que isso é mal de psicólogo, administrador, psicanalista, ou qualquer outro. O fato é que, como vimos, os discursos são feitos para falhar; todos eles falam do impossível, salvo o discurso do capitalista que tenta minar o pacto civilizatório.

Diante desta demanda travestida de “cuidados à saúde do trabalhador” feita por um lapso da instituição produtiva capitalista ao que concerne seu próprio discurso, o manejo do analista talvez seja acreditar piamente no pedido de intervenção no que diz respeito à saúde e fazer circular os discursos apostando não na lei do capital, mas numa lei que organiza a vida dos homens pela via do não-tudo poder: a lei do inconsciente, o discurso do mestre, livre de sua descaracterização capitalista.

Sustentar o discurso analítico na instituição, diferente do que pode parecer, não significa oferecer à instituição uma solução mágica infalível, ao contrário, diz respeito a poder considerar as falhas discursivas exatamente porque são elas as responsáveis por fazerem os discursos circularem.

Se retomarmos os matemas criados por Lacan (1969-1970/1992) e citados neste escrito, poderemos averiguar que aquilo que é produto/resto de cada discurso – inclusive do

discurso do analista – fica responsável em ser agente do próximo, e assim sucessivamente. É pela falha dos discursos que se faz possível circular entre eles num incessante movimento de instituir e desinstituir; criar, sendo agente da criação, e responsabilizar-se pelo o quê escolheu criar. Este é um possível manejo analítico.

Tal proeza dependerá da habilidade do analista em se valer do pequeno viés de laço social que a instituição produtiva capitalista deixa escapar: o lapso “dos cuidados à saúde do trabalhador”. Como pondera a ciência do incompleto, do relativo, sempre existe uma brecha; neste caso específico suspeitamos que esta hiância, como comentamos anteriormente, seja a “saúde dos sujeitos”.

Para tanto, é preciso muito empenho e reflexão sobre a realidade posta neste âmbito. Faz-se necessário fomentar, a cada dia, a subversão: assim como disse Lacan – “não recuem diante da psicose” – não devemos recuar diante das questões do trabalho.

Afinal, Freud já nos disse há mais de um século: uma das condições para que haja saúde mental é que o homem possa manter a chama de seu desejo a partir de sua produção.

Referências

- Alberti, S. (2004). *O discurso universitário*. Trabalho apresentado no Curso Pré-jornada intitulado Introdução aos 4 discursos de Lacan. Rio de Janeiro, Brasil.
- Bleger, J. (1991). O grupo como instituição e o grupo nas instituições. Em: R. Kaës (Org.), *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos* (pp.59-71). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bleichmar, H. (1984). *Introdução ao estudo das perversões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fingermann, D., & Dias, M. M. (2005). *Por causa do pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Freud, S. (2002). Futuro de uma Ilusão. (M. A. Rego, Trad). Em: Salomão (Org.), *Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927). (Cd-rom).
- Freud, S. (2002). O mal estar na civilização. (M. A. Rego, Trad). Em: Salomão (Org.), *Edição standard brasileira de obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1929-1930). (Cd-rom).
- Heloani, J. R. (2003). *Gestão e organização do capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Kaës, R. (1991). *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lacan, J. (1992). *O seminário – livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1969-1970).
- Marx, K. (1985). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1867).
- Marx, K. (2002). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret. (Original publicado em 1844).

- Quinet, A. (2004). *O campo do gozo e os discursos*. Trabalho apresentado no Curso Pré-jornada intitulado Introdução aos 4 discursos de Lacan. Rio de Janeiro, Brasil.
- Quinet, A. (2006). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ribeiro, M. A. C. (2004). *A histérica e o capital*. Trabalho apresentado no Curso Pré-jornada intitulado Introdução aos 4 discursos de Lacan. Rio de Janeiro, Brasil.
- Zanguellini, J. (2004). *O discurso do analista*. Trabalho apresentado no Curso Pré-jornada intitulado Introdução aos 4 discursos de Lacan. Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido em março de 2008

Aceito em maio de 2009

Ana Carolina Salvatore Jaen Saad – Psicóloga; Mestre em Educação (UNICAMP).

Roberto Heloani – Psicólogo; Doutor em Psicologia Social (PUC/SP); Professor Titular da Faculdade de Educação da UNICAMP, Docente e Pesquisador da UNICAMP e da Fundação Getúlio Vargas.

Endereço para contato: anacarolinajaen@ig.com.br